**ATA N° 011/2024**

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, reuniram-se nas dependências do Centro Cultural, localizado no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, os (as) conselheiros (as): Maria Alice Julio Batista, Rita Padoin, Andrei Leandro, Andressa Maria Romagna, Adroaldo, Luiz Apolinário, Edna Zanin Lopes, Marcia Echamendi Possamai, Vanessa Lopes, Magali Albino, Manoela de Souza Fretta, Sergio Roberto Maestrelli, Henrique Ernesto Godinho Bettiol, Henrique Viana e Silva, Ana Paula Zapelini. Como convidadas técnicas do conselho Marielle Bonetti, Michelle Bonetti, Marlene Zannin. Também participaram: Michele Bez Fontana e o funcionário Samuel, para a décima primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga. Não estando presente e sem justificativa: José Carlos José. Justificou ausência o conselheiro Mauro Paes Correia. A presidente iniciou a reunião, dando boas-vindas aos participantes e parabenizando todos os Conselheiros e técnicas pela dedicação, força, garra, disposição, do querer que aconteça, que não foi fácil cada passo que fora dado. É uma luta contínua para que consigamos fazer com que o sistema funcione e a população receba aquilo que é de direito e o que merece. Que antes não tinha a quem recorrer e agora temos uma equipe responsável na Secretaria de Cultura que poderá nos dar uma assessoria. Dando continuidade informou a pauta para esta reunião: Apresentação do coordenador Geral dos Conselhos, documentação referente ao livro tombo com Michele, apresentação do novo agente administrativo, todos os feitos deste conselho durante esse um ano de formação, sobre a minuta entregue ao Prefeito em junho do ano passado e até hoje não houve vontade do mesmo em que torná-la um projeto de lei, criando o sistema de cultura me Urussanga. A Presidente emocionada falou sobre este 01 (um) ano que o Conselho está ativo. Fez os seguintes questionamentos: O que nós temos de concreto? O que nós conseguimos conquistar? E o que o Conselho fará? Foram muitas batalhas e conquistas durante esse ano. Este conselho é muito eficiente por toda esta luta. Reclamou da demora da Assessoria Jurídica da Prefeitura em dar andamento as solicitações do Conselho. Adroaldo questionou perguntando o que falta de legislação para dar andamento. A Presidente informou que já foi feito tudo (a moção, a conferência etc..). Vanessa complementou dizendo que o Conselho está decretado, o que não mudou foi a Lei antiga de 2.010 que é obsoleta e que é para tratar o Conselho como setorial. Continuando Vanessa explanou que essa lei que cria o sistema está dividida por entidades e não cria o fundo. Para fazer o Sistema Municipal de Cultura é necessário as setoriais e o fundo Municipal de Cultura porque os meios de transferências são fundo a fundo. Se não tiver isso, o nosso sistema municipal de cultura não fica pronto. Precisamos do órgão gestor que conseguimos através de uma batalha junto a Câmara de Vereadores, então temos a Secretaria de Cultura. Conseguimos fazer o Conselho acontecer porque a lei existia de 2.010, ou seja, treze anos depois, instaurar o Conselho. Falta o que? O Fundo Municipal que depende dessa Lei e está na mão do Jurídico desde julho de 2023. Esta é a nossa prioridade, finalizou Vanessa. A Presidente continuou dizendo que sem o Plano e o Fundo Municipal de Cultura a coisa não anda. Manas contribuíram dizendo que por mais que as coisas sejam obsoletas, elas existem e não estão sendo cumpridas. Tem várias atribuições que inclusive o Conselho deveria aprovar, como o Plano da Cultura. Hoje, nenhuma ação que a Prefeitura toma em relação ao Plano de Cultura é aprovado pelo Conselho. O Conselho é consultivo, deliberativo e fiscalizador, então querendo ou não é a lei vigente que não está sendo cumprida. Michele chegou pedindo desculpas pelo atraso e apresentou o novo funcionário concursado Samuel que foi designado para a secretaria de Cultura. Falou em relação ao sistema que pegou semana passada com o pessoal da Prefeitura e será entregue ao Prefeito na semana que vem para assinar e validar. Tivemos reunião na semana passada e estamos caminhando para poder entregar dentro do prazo. Maria Alice informou Michele que tem a segunda fase da Lei Paulo Gustavo. A Lei Aldir Blanc tem 60 (sessenta) dias para apresentar e as oitivas. Michele informou que está tudo caminhando dentro dos conformes. Falou sobre a resposta do Livro Tombo que ficou pendente na reunião passada. Fez a seguinte pergunta aos presentes: Que livro tombo que vocês querem? Manas informaram que a Lei específica trata da existência do livro tombo que prevê o mapeamento de todos os bens tombados com aferição do Estado. Michele disse que entrou em contato com o Bortolotto e o mesmo informou que cada coisa tem um livro tombo. Que está na secretaria e nunca fugiu, ironizou. Trouxe as pastas com as documentações para serem avaliadas. Manas disseram que existe um controle do Estado situando os bens ao longo dos anos. Vanessa solicitou que os documentos ficassem em posse do Conselho para que a Câmera Técnica do Patrimônio pudesse avaliar e trazer um relatório para a próxima reunião. Michele solicitou que a Câmera Técnica fosse na secretaria para essa avaliação. A Presidente expôs a Michele que tudo o que o Conselho faz é para dar suporte à Secretaria. Existem as Câmeras técnicas para isto. Manas cobraram da segunda fase da LPG quanto ao prazo. Michele informou que está tudo pronto, só faltam as correções para lançar na segunda ou terça-feira da semana que vem e o prazo será maior. Michele se despediu por ter outro compromisso assumido. A Presidente apresentou o novo coordenador dos Conselhos Municipais Helio Florentino. Helio agradeceu o convite e informou que o cargo que está exercendo é para acompanhar e fazer a relação entre o Poder Público e as entidades. Tentar agilizar e não ter nenhuma interferência em relação aos Conselhos. Que sua função é essa, fazer coordenação e agilizar os pedidos. Agradeceu e se colocou à disposição para quaisquer eventualidades. Maria Alice aproveitou para cobrar sobre a lei do Conselho e disse que agora tem um coordenador que fará essa ponte entre o poder executivo e conselho para facilitar nossa vida. Vanessa pediu a palavra e explanou ao coordenador que não o conhecia. Diz que o conselho faz 1 (um) de existência e que foi uma batalha para conseguir. Que foram treze anos de limbo no setor cultural. Que se escuta muito por aí que o Conselho de Cultura é um setor “comunista”, que quer tomar conta e controlar o dinheiro da cultura e não é nada disto. Deixou bem claro ao coordenador e pontuou que o conselho tem uma função importante de institucionalização porque precisa-se implementar o nosso Município no Sistema Municipal de Cultura independentemente de partido, independente de quem fica ou sai, até porque gestor vai, gestor vem e a cultura fica e é nós que estaremos aqui. Então, precisamos implementar o sistema municipal de cultura para que a cultura seja institucionalizada e para que a cultura na nossa cidade seja transparente. Que possamos ter a participação social das pessoas nas decisões. Não queremos controlar o dinheiro, mas queremos que os Gestores tomem decisões acertadas, que beneficiem de fato o setor cultural e não seus palanques. Deixou claro que o conselho tem sim um objetivo aqui, que é de fazer a coisa funcionar e para funcionar precisamos dessa institucionalização para conseguir receber as verbas federais. Precisamos de pessoas capacitadas para trabalhar em prol do setor cultural. Pediu para que se manifestassem que é do setor público. Sergio aproveitou para expor ao coordenador que os conselheiros que fazem parte do setor público não participam das reuniões. Maria Alice informou sobre o regimento interno que poderá ser mexido. Como também a lei. É por isto que foi enviada esta lista antecipadamente para que todos possam estar cientes. Vanessa pediu a palavra para que pudesse terminar seu relato. Relatou que quer deixar as coisas bem claras. Que o Conselho vem trabalhando incansavelmente faz um ano, voluntariamente e que o poder público tem aproveitado muito mal o nosso apoio. Poderíamos fazer muito mais se o setor público tratasse os conselheiros com o devido respeito e valor. Estamos abertos ao diálogo. Só que vemos muitas coisas erradas. “É claro que queremos consertar muitas coisas, são treze anos de inoperância sem um conselho Municipal. É claro que vamos cobrar o que não está certo, mas sempre dentro do processo legal do que diz a lei. Não trabalhamos de forma alguma com achismos aqui. Isto é importante deixar claro que aqui não tem achismo, partido político, aqui tem ação, Câmeras Técnicas trabalhando, pensando em projetos, pensando em patrimônio, pensando em institucionalização e que o nosso único objetivo é que a coisa funcione” finalizou. A Presidente apresentou Vanessa ao Coordenador como sendo a Vice-Presidente do Conselho e disse que a mesma resumiu de forma sábia o que a gente vem enfrentando. Continuando, informou ao coordenador o que temos de concreto e o que falta para que a coisa funcione. Solicitou sua intervenção. Informou que Hélio já conhece a dinâmica dos Conselhos pois o mesmo já participou alguns anos atrás. Frisou ao coordenador que o conselho é opinativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador. Que não estamos sendo comunicados das ações que a Secretaria de Cultura vem executando. Falou em relação a uma ação que foi no sábado. Que há problema na gestão que é a falta de comunicação. Que o Conselho poderia ter participado da ação, porém, foi feita apenas para as crianças. Foi direcionado apenas para as escolas. São pequenas falhas que são desnecessárias. Vanessa informou ao coordenador que temos um movimento que se chama “Urussanga + Cultura”, que é um movimento da sociedade civil, abrimos página no Instagram. Estamos tentando divulgar a cultura, porém não recebemos nada do poder público para divulgação. “Quando divulgo alguma coisa é porque catei de algum lugar” pontuou Vanessa. A Presidente disse que a gestão precisa se ajudar. Manas expuseram um acontecimento que tem a ver com o Departamento de cultura que foi sobre um show na Praça no valor de R$ 150.000,00 que é quase o valor de um edital inteiro. É um tipo de ação que com certeza como prevê a lei, deveria ser aprovada pelo Conselho de Cultura. A Presidente informou que esse valor não saiu da cultura e sim da Administração. Ana Paula aproveitou para expor que independentemente de onde vem a verba, é ação cultural e precisa sim passar pelo Conselho, até porque somos parceiros. Manas complementaram dizendo que tem que elencar o que é prioridade num setor cultural da cidade. Será que é um show de nível nacional ou será que são diversos projetos que vão atender diversas comunidades da cidade? São questões que precisam ser debatidas e discutidas com os órgãos, com os conselhos que representam essas comunidades. “Acreditamos que são coisas muito importantes e que infelizmente não acontecem. Que sirva de lição para outras ações e que ajam discussão antes. Apesar das leis obsoletas tem uma série de questão que não estão sendo cumpridas”. A Presidente sugeriu que seja fiscalizada as atividades culturais da Prefeitura e das entidades culturais e outros órgãos. Manas sugeriram que sejam aprovadas pelo conselho as ações referentes a áreas culturais. Maria Alice concordou com as Manas e aproveitou para expor que a Secretaria de Cultura tem 60 dias para fazer as oitivas e a gestão da cultura e enviar para o Conselho fazer a análise. Vanessa informou que o Conselho tem que analisar e depois deverá ser publicado em Diário Oficial. Adroaldo colocou que o Conselho não precisa se preocupar, a função é deles. Eles que tem que cumprir. Caso não cumpram, aí sim vamos pelas vias legais, que é o Ministério Público. Até porque o Gestor é obrigado a fazer isto, caso contrário, responderá juridicamente. A Presidente disse que podemos sim ter o cadastro de todas as instituições e outros órgãos inclusive de pessoas que fazem cultura no Município. Precisamos saber qual Câmara setor poderá fazer isto. Adroaldo deu a ideia de usar os meios de comunicação para informar a população deste cadastro. Vanessa sugeriu avisar no grupo do Urussanga + Cultura também. Manas sugeriram um mapa do Estado como modelo. A Presidente informou que este cadastro, a função é da gestão. O Conselho não faz, ele recebe, verifica, delibera, opina e sugeri. Ficou definido que ficará a cargo da Gestão esse cadastro. A Presidente informou que foi conversado com a Luciane Carminatti sobre o procedimento legal a se tomar. A mesma informou que é com o Tribunal de Contas. É obrigação da Administração pública ter todas as Leis, Decretos, Resoluções e Atas do Conselho na aba do site da Prefeitura. Que o Tribunal de Contas poderá vir a Urussanga. Então, será prudente que tudo esteja dentro da lei até a vinda deles. Continuando a Presidente expôs sobre a questão das faltas nas reuniões do Conselho. Existe uma questão muito séria que é o do Esporte que nunca participaram de nenhuma reunião. Pode ser alterada a composição? Pode? Na próxima reunião será pauta para essa questão. Ana Paula complementou dizendo que agora temos um Conselho organizado para as cobranças e pelo que a Michele informou sobre a lei, está muito próximo de se tornar realidade. Só falta o Prefeito assinar. Que não vale a pena ficar discutindo quem vai participar ou não deste atual Conselho. Manas acham que vale a pena sim, até porque temos representantes do poder legislativo e eles tem por obrigação levar as demandas do conselho da cultura para a Câmara e vemos que isto não está acontecendo. A Presidente concordou com a fala das Manas até porque são setores fundamentais como também o do esporte. Sergio frisou como tem feito em outras reuniões, que precisa moralizar. Não adianta apenas falar, certas situações se resolvem pela ação do constrangimento. Quando temos um compromisso marcado devemos cumprir. Esse, deverá estar na agenda. Sabemos que as reuniões do conselho é toda primeira terça-feira do mês, portanto, temos um mês para nos programarmos e organizarmos, então é questão de se programar. Solicitou ao coordenador dos Conselhos para que verifique e tome as devidas providências. A Presidente questionou em relação aos Vereadores que serão candidatos. Poderão fazer parte da reunião do Conselho? Acredita que a Câmara de Vereadores deverá decidir. Que a mesma nem deveria participar do Conselho em virtude de ser fiscalizadora, deliberativa e proponente, assim como o Conselho. Adroaldo deu a ideia de tirar na Lei do Conselho os representantes da Câmara e um representante da Sociedade Civil. Assim, fica apenas quem tem interesse em participar das reuniões. A Presidente informou que isto não poderá ser deliberado nesta reunião, mas na próxima será pauta. A Presidente informou que recebeu convite de alguns meios de comunicação para falar sobre este um ano de Conselho. Solicitou ajuda dos conselheiros para abordar assuntos relacionados. Adroaldo acha importante falar sobre a mudança da Lei do Conselho, da retirada dos representantes da Câmara, das Leis LPG e Aldir Blanc, dos proponentes contemplados por essas leis e outras. Com a abrangência que a Rádio Marconi tem, aproveitar e falar sobre o Conselho, o que é? Qual sua função? Não só o de cultura, mas os conselhos em si. Como funciona os conselhos. Solicitar a participação da sociedade civil. Rita deu a ideia de fazer o convite para os fazedores de cultura para o cadastro. A Presidente lembrou que além de um ano de conselho, também é um mês do livro infantil, do índio, mês de conscientização do autismo. Um mês cheio e interessante. A Presidente lembrou do Congresso Internacional de Patrimônio Histórico Cultural que será no dia 27 de maio, onde quem irá representar Urussanga é o Secretário de Cultura Paulo. Adroaldo indignado falou que já sabia que seria ele e que espera que não vá apenas fazer turismo. Que tem que exigir um relatório do Congresso e ser apresentado aos Conselheiros. Disse que é revoltante ir uma pessoa que não entende do assunto. Manas informaram que as documentações apresentadas pela Michele como “livro tombo”, não condiz com o mesmo. Que analisando as documentações, o último pedido de registro de bens tombados é de 2010. Registraram que o que apresentaram não é livro tombo. Que o livro tombo está citado em um documento de 1983 da pasta entregue. O que foi entregue é um trabalho feito por uma empresa terceirizada que faz uma catalogação de obras religiosas e tem uma série de documentos. Adroaldo insistiu que o Conselho encaminhe um ofício à Secretaria de Cultura exigindo que depois do Congresso o Secretário Paulo faça um relatório do Congresso. A Presidente se queixou de o Secretário Paulo ter ido no seu lugar na Conferência Estadual. Ana Paula informou aos presentes que o Secretário Paulo foi removido de dois grupos importantes de cultura do Estado de Whatshapp, por seus atos ilícitos. Adroaldo disse que é uma vergonha para Urussanga. Manas sugeriram uma reunião extraordinária para ele apresentar aos conselheiros um relatório com as ações que forem debatidas na Conferência, no Fórum e no Congresso de Patrimônio. Disseram que gostariam de entender o que foi discutido e qual a contrapartida da Gestão Pública neste sentido. Quais ações serão tomadas para justificar a ida dele nesses eventos. A Vanessa deu uma aula tanto na reunião do Conselho, quanto na Rádio Marconi sobre a ida dela na Conferência Estadual, finalizaram. O funcionário Samuel questionou sobre o livro tombo, pois o mesmo não está a par do assunto por ser novo no setor. Manas explicaram que existe uma Lei Municipal de Nº 798 de 1991, que diz que deveria existir um livro tombo com registro de todos os bens tombados da cidade para aferição do estado desses bens, da situação. E que não sabemos onde está. A Presidente informou que conversou com o Prefeito Ruberval Pilotto na época sobre o Livro Tombo e o mesmo informou que existe o serviço. Marcia perguntou sobre a fala da Léia em uma reunião sobre a existência do livro Tombo. Rita Padoin expôs que Léia falou que existe o livro e o mesmo estava ou no Deplan ou na Secretaria de Cultura. Maria Alice expôs o que acontece dentro da Secretaria de Cultura. Exemplificou com documentos, que é feito em uma administração e quando entra uma outra, acabam colocando funcionários que não entendem nada do assunto e acabam jogando fora. “Não é uma empresa particular, é pública, é do povo. Tem que ter responsabilidade com a coisa pública”, desabafou. Manas disseram que deveria ter dentro do DEPLAN, um técnico responsável que frequentemente ficasse fiscalizando os bens tombados para preservar o patrimônio histórico. Isto está na lei. Já foi cobrado do Edson Manoel na reunião que foi feita. Neste livro tombo deveria estar relacionados e catalogados todos os bens tombados. A Presidente informou que no Plano Diretor existe um mapa com os pontos onde ficam os bens tombados. Para fazer o mapa eles devem ter feito um estudo. Então, quem é o responsável? Perguntamos quem é o responsável dentro do DEPLAN e ninguém soube responder. Manas explicaram aos presentes sobre a Vinicola Cadorin que acompanharam o caso de perto. Que a denúncia feita no Ministério Público, a defesa está direcionada para acionar a Prefeitura, porque a Lei diz que a Prefeitura Municipal é a responsável pelo bem. Se a família não tem condições financeiras de manter o bem tombado, a responsabilidade é da Prefeitura. A Gestão pública deve fiscalizar e acionar a União. Para finalizar Manas solicitaram uma resposta da Prefeitura dizendo que não existe o Livro Tombo. Sergio disse que essa rotatividade de pessoas dentro da instituição pública, não é viável, é por estas e outras razões que acontecem essas coisas. Disse que quando foi Secretário de Agricultura em Timbó, fui saber depois o porquê de a secretaria de cultura estar dentro da secretaria de agricultura. Explicaram-me que alma do Município está no meio rural. Então, em virtude disto acabou ficando um período responsável pela cultura de lá. Quando assumiu, recebeu uma visita de um alemão dizendo que já que eu iria assumir a cultura, deveria tirar três dias para avaliar todo acervo, conferir tudo e assinar como responsável daquele setor a partir dali. O Alemão me disse: quando saíres, farás a mesma coisa com o próximo que entrar. Porque se nesse período sumir alguma coisa, será tua responsabilidade. Assim, as coisas deveriam acontecer. Samuel perguntou sobre o site da Prefeitura e a aba de deveria constar da cultura. A Presidente explicou ao funcionário que existe uma lei dizendo que toda Prefeitura precisa ter dentro do site oficial uma aba com toda a documentação das secretarias para que haja transparência. A Presidente solicitou ao funcionário que entre em contato com a Prefeitura na pessoa do Mauro para que o mesmo faça esse trabalho. Já foi encaminhado vários ofícios solicitando isto, porém até agora nada. Continuando a Presidente falou dos Ofícios 014/2023 e 016/2024, referente as demandas e até o momento não obtivemos resposta. Solicitou ao funcionário então que tome conhecimento desses assuntos. Sergio agradeceu a Magali e ao Trevisol em relação as placas que estavam no tempo e que foram recolhidas. Informou que recebeu um aluno da UNESC, que está fazendo um trabalho sobre agricultura e cultura da imigração nos nossos dias atuais. Conversou com Daniela sobre esse material e até o momento não recebeu nada. Solicitou ao Samuel para verificar e dar uma resposta até o fim do mês. Informou também, que a Dona Zelma Hilbert o procurou para a doação de todo acervo que ela tem em casa. Manas perguntaram sobre o material da Belunese que estavam jogados numa sala do centro cultural e se já resolveram. Disseram que é um assunto importante tratar. São materiais importantes jogados as traças. Solicitaram que seja resolvido para dar um destino adequado. A Presidente disse que existe uma lei que diz que

esses materiais são acervo público e que pertence a biblioteca. Sergio cobrou sobre a encosta na frente da estrutura da Rádio Marconi para que possamos preservar o projeto original do arquiteto Coelho. Que voltem a colocar a terra e se recomponha a encosta como era antes. Sangaletti e Nariz já estão sabendo desse problema, finalizou. A Presidente disse que é por isto que existem os Conselhos. Manas cobraram em relação ao Museu que está fechado. Um dos projetos referente a LPG, será feito dentro do Museu. Querem saber quando essa estrutura voltará a funcionar? O nosso projeto foi aprovado para ser feito dentro do Museu, como vai ser? Solicitaram uma resposta. Aproveitaram para convidar a todos os presentes a fazerem uma visita in loco no parque, fotografar e relatar como está aquela estrutura em termos de cuidados, como por exemplo, o Museu. A Presidente informou que para abrir o Museu para funcionamento é necessário falar com a UNIBAVE. Avisou que uma aluna de Concórdia a procurou sobre um projeto que ela tem e gostaria de vir a Urussanga para executá-lo. Marcia informou que tem algumas coisas que a aluna mandou pelo Whatshapp. O material é para fazer oficinas. Como ela soube do projeto “conhecer para pertencer”, no mês de maio e como cada ano é um tema diferente se interessou. Como ainda não se sabe como será o cronograma deste ano, não dá para dizer alguma coisa a respeito. A Presidente abriu para discutir as respostas dos ofícios 014 e 016. Manas acharam muito vagas as respostas, solicitam uma contra notificação para que as respostas sejam mais claras. Falaram que o parque precisa de uma interdição generalizada, porque é tudo muito vago. Faz um ano que estamos discutindo estas questões e nada evoluiu. Precisamos fazer alguma coisa. Por exemplo, a sala da biblioteca onde Maria Alice está trabalhando, precisa ser interditada. Não tem condições de trabalhar, é insalubre. Precisa-se de uma equipe multidisciplinar. Precisamos vir aqui no Parque registrar tudo com foto e fazer um relatório para entregar aos órgãos competentes. Se a gestão pública não faz, é nosso dever como Conselho fazer. Não só o de cultura, mas o de turismo também. Frisaram a importância de fazer uma auditoria no parque num sábado, fazer os registros necessários, compilar o que foi feito, montar uma documentação e entregar aos órgãos competentes. A Presidente informou que o Diretor de Turismo Gilmar está fazendo trabalho que não é de sua competência. Ajudou a carregar e descarregar o caminhão com a mudança da biblioteca. Manas sugeriram de convocar a Diretora de Cultura Liz e o de Turismo Gilmar para essa conversa em relação ao Parque. Gilmar informou que procurou o Prefeito para informa-lo em relação ao descuido do parque. Sugeriu que deixasse por seus cuidados. Disse que está esperando a resposta até hoje. Magali também desabafou dizendo que os funcionários têm interesse em fazer, porém não tem o respaldo dos superiores. Somos podados, relatou. Não existe um responsável pelo Parque. Manas sugeriram então que Gilmar leve ao Gestor a vontade do Conselho em colaborar, caso não há um interesse do Gestor, o Conselho vai para as vias de fato, que é denunciar. Não pode um Museu fechado a tanto tempo. Vanessa reclamou das aulas que ainda não começaram. Gilmar disse que do jeito que está logo logo as Secretarias entrarão em colapso. Já que vão ter que demitir vários funcionários. A Presidente disse que isto já estava previsto. Que só através de processo seletivo para contratar. Marcia expôs que estamos passando por uma situação difícil. Não é pensado, é detonar o que tem pela frente. É de todos os lados. É que foi feito a denúncia e o Ministério público está fazendo o papel dele, que é exigir que se cumpra a lei. Vanessa cobrou o porquê de as oficinas não estarem funcionando. Se não pode contratar e precisa ser feito processo seletivo, cadê o processo seletivo que não saiu ainda? Perguntou indignada. Marcia informou que até o processo seletivo hoje é irregular. Porque Urussanga tem um número de funcionários seletivos inferior ao que manda a lei. Então se precisa de um concurso público para poder contratar. Finaliza Marcia. Manas frisaram que no site da Prefeitura consta que o Parque está aberto para visitação e não está. A Presidente encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, a ata lavrada por Rita Padoin e assinada por todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo.